



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

CARTA-CONTRATO Nº 7 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC**Processo nº 0007574-36.2022.6.08.8000****CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO CNPJ:**
03.910.634/0001-70

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123

CONTRATADA: BRASAS EXTINTORES COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA - ME
CNPJ/MF: 10.758.524/0001-08Endereço: Rua São Marcos, 379, Santa Inês, Vila Velha/ES 29108-050 telefone: 3229-3631 / 99793-0148, *email:* brasas@brasasextintores.com.br**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Serviço de manutenção e recarga de extintores de incêndio.

§1º. A presente contratação tem fundamento legal na Lei nº 8.666/93, sendo dispensável a licitação nos termos do seu art. 24, II, e dar-se-á sob regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO e obedecerá ao estipulado neste instrumento, no Termo de Referência que embasou a contratação e na proposta apresentada pela Contratada em 23/01/2023.

§2º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais

a) As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.

b) É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

c) A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.

d) As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

§3º. Da Comunicação entre Contratante e Contratada

a) Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.

a.1) O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.

b) A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de e-mail.

c) As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informação previamente.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA

O prazo de vigência será de um ano a partir da assinatura do instrumento contratual.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

a) Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;

b) Executar o objeto conforme as especificações contidas neste instrumento, observada a legislação específica;

b.1) Para os serviços de manutenção de extintores de incêndio, a Contratada deverá obedecer às disposições da Resolução Conama nº 340/03, nos procedimentos de recolhimento, acondicionamento, armazenamento e transporte das Substâncias que Destroem a Camada de Ozônio – SDOs abrangidas pelo Protocolo de Montreal;

c) Recolher e devolver todos os equipamentos na sede do Contratante, em lotes e datas previamente agendadas;

c.1) Os cilindros retirados para manutenção deverão ser os mesmos da devolução, conforme códigos individuais de identificação, devido a validade do teste hidrostático;

c.2) A Contratada deverá retirar/devolver os extintores mediante Ordem de Serviço detalhando o tipo e quantidade de extintores, encaminhando uma via para o fiscal do contrato;

d) Fornecer relatório de inspeção técnica (manutenção e vistoria) de todos extintores de acordo com os locais a que eles se destinam, conforme disposto no item 3 do Termo de Referência que embasou a contratação;

e) Providenciar o reparo e/ou eventual substituição de peças sem ônus para o Contratante, nos casos de falhas detectadas na operação de qualquer um dos extintores;

f) Arcar com todos os ônus de deslocamento de seus técnicos ao locais de recolhimento e devolução dos extintores quantas vezes forem necessárias;

g) Fornecer, para emprego na execução dos serviços, somente produtos de primeira qualidade, bem como observar rigorosamente as especificações técnicas e a regulamentação aplicável;

h) Prestar garantia dos serviços pelo prazo mínimo de 01 (um) ano;

h.1) Durante esse período, em caso de vazamento, os cilindros defeituosos deverão ser substituídos e recarregados, no prazo máximo de 05 (cinco) dias a contar da solicitação do Contratante;

i) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;

j) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;

j.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;

k) Manter as certidões de regularidade fiscal e trabalhista atualizadas junto aos órgãos respectivos, durante toda a execução deste instrumento.

CLÁUSULA QUARTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada, mensalmente, o valor correspondente aos serviços efetivamente prestados, mediante depósito bancário em sua conta corrente, até o 5º da útil subsequente a apresentação do documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fato impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º, da Lei nº 8.666/93, conforme os seguintes valores:

Categoria	Valor Unitário	Quantidade	Subtotal
CO2 4Kg	R\$ 45,00	04	R\$ 180,00
CO2 6Kg	R\$ 85,00	96	R\$ 8.160,00

PQS 4Kg	R\$ 30,00	42	R\$ 1.260,00
PQS 6Kg	R\$ 35,00	156	R\$ 5.460,00
PQS 8Kg	R\$ 40,00	01	R\$ 40,00
H2O 10 Lt	R\$ 27,00	90	R\$ 2.430,00
		TOTAL	R\$ 17.530,00

§1º. O valor total estimado da presente carta-contrato é de **R\$ 17.530,00** (dezesete mil quinhentos e trinta reais).

§2º. Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

§3º. A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

§4º. A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

§5º. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado

$I = i/365$ $I = 0,06/365$ $I = 0,0001643$

Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.

§6º. Não haverá reajustamento de preços.

CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da aquisição do objeto deste contrato tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, encontra-se em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO, conforme disposto no artigo 16 da Lei Complementar nº. 101/2000, e correrá à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Anual deste Tribunal Regional Eleitoral:

AÇÃO: 02.122.0033.20GP.0032 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

Natureza da despesa: 339030 – Material de Consumo

Empenho nº 2023NE000186 de 28/02/2023.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente instrumento, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- Pelo atraso injustificado na execução dos serviços, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a 1% (um por cento) incidente sobre o valor do objeto, até o 10º (décimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento);
- Pelo atraso injustificado na substituição ou correção dos extintores, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a 10% (dez por cento) incidente sobre o valor do objeto, até o 5º (quinto) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 50% (cinquenta por cento);

c) Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa de **30% (trinta por cento)** sobre o valor do objeto inexecutado;

d) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a contratada estará sujeita à multa de **0,5% (meio por cento)** por ocorrência, calculada sobre o valor total do contrato.

§1º. O atraso superior a 10 dias na execução dos serviços ou de 05 dias na substituição ou correção dos extintores caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na alínea "c".

§2º. Os prazos admitem prorrogação somente nos casos em que o motivo do atraso ocorrer por comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela Administração do TRE-ES.

§3º. A solicitação de prorrogação dos prazos de deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensejá-la.

§4º. As penalidades acima não excluem as demais previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

§5º. A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

§6º. Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

§7º. As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

§8º. A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

§9º. A contagem dos prazos estabelecidos nas alíneas "a" e "b" iniciam-se automaticamente no primeiro dia de atraso, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

§10. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento assegurará aos Contratantes, nos termos do art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93, o direito de dá-lo por rescindido, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA – DO FORO

Para dirimir questões derivadas deste instrumento fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal de Vitória/ES.

E por estar, assim, justo e avençado, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento lavrado, assinado e datado eletronicamente pelas partes:

Pelo Contratante: ALVIMAR DIAS NASCIMENTO, CPF nº ***.280.887-**

Pela Contratada: ODALEA ARAUJO MATOS, CPF Nº ***.312.547-**

Em 01 de março de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **ALVIMAR DIAS NASCIMENTO**, **Diretor Geral**, em 02/03/2023, às 12:59, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ODALEA ARAUJO MATOS, Usuário Externo**, em 02/03/2023, às 17:51, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0915182** e o código CRC **173287B0**.

0007574-36.2022.6.08.8000

0915182v2

Criado por [LETICIA.WERNECK](#), versão 2 por [LETICIA.WERNECK](#) em 01/03/2023 17:14:45.